

CONSTITUINTE GAZETA MERCANTIL

30 MAR 1988

ANC pg

Mais duas dissidências no PMDB; deputados criticam o governo.

por Cecília Pires de Brasília

O PMDB perdeu ontem mais dois deputados, um do Paraná, Tadeu França, outro de Alagoas, José Costa, contabilizando 26 parlamentares a menos para a sigla, desde o ano passado. Com essas defecções, o PMDB deixa de contar com a maioria de 280 votos exigidos pelo regimento interno da Constituinte para aprovar ou rejeitar matérias contando apenas com os parlamentares de sua bancada.

Nos discursos com que oficializaram a saída, os deputados concentraram suas críticas no governo Sarney e indicaram como principal defeito do PMDB o fato de continuar participando desta administração.

Em seu pronunciamento, o deputado Tadeu França disse que saiu do partido "que não teve forças para sair do governo das sujas negociações da Sepian, do escândalo da importação de alimentos, da fraudulenta licitação da ferrovia Norte-Sul, do comércio cada vez mais próspero das comissões clandestinas".

O deputado José Costa também dirigiu suas baterias contra o governo, qualificando a política econômica de "desastrosa" e citando dados do descontrole da economia, como a cota-

"Precisamos resgatar o partido"

por Miriam Lombardo de Brasília

"Precisamos modificar o quadro partidário. Precisamos resgatar o PMDB, modernizando-o, ou será imposterável a criação de uma nova agremiação partidária, democrática, progressista e, fundamentalmente, comprometida com o povo, na medida da coerência dos seus membros com as propostas definidas junto à população." O alerta foi feito ontem pelo senador José Richa (PMDB-PR), durante almoço no qual a Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa (Flupeme) lançou uma campanha publicitária contra a recessão.

Para Richa, além de se dar um não à recessão econômica, como propõe a campanha do empresariado fluminense, é preciso, também, lutar contra "a recessão moral, a re-

cessão institucional e as recessões de justiça e liberdade existentes hoje no Brasil". Para o senador paranaense, é preciso que a sociedade civil tome desde já providências contra alguns "obstáculos não identificados" que começam a ser visualizados. Entre essas providências urgentes, Richa ressaltou a importância de promover uma redefinição dos quadros político-partidários. "Hoje, o povo brasileiro exige partidos coerentes, políticos honestos e propostas eficientes e eficazes para os problemas que nos atigem", observou José Richa, ao lamentar o fato de o PMDB, "um partido que durante 21 anos lutou contra o autoritarismo", ter servido como "instrumento de promoção pessoal, além de ter sido invadido por fisiológicos".

"Não acredito que o atual governo tenha condições de

conduzir o Brasil para a senda do progresso e do aperfeiçoamento democrático. Falta-lhe credibilidade, apoio popular, competência e apoio parlamentar honesto, pois as vitórias que consegue são fruto do mais lamentável fisiologismo", enfatizou Richa. Para ele, o novo PMDB, ou um novo partido progressista, não poderá furtar-se de assumir algumas posições perante o povo brasileiro, como, por exemplo, lutar pela realização de eleições diretas para presidente da República ainda neste ano e exigir do governo providências imediatas de ordenação econômica, como diminuição da inflação, austeridade na administração pública, equacionamento em bases mais adequadas aos interesses nacionais do problema da dívida externa e, finalmente, o aperfeiçoamento da máquina de arrecadação tributária.

ção do dólar, que passou, de março de 1985, de CZ\$ 4,16 para CZ\$ 150,00. "Batemos o recorde de inflação. Este recorde histórico, que é de 415,83%, cabe ao presidente Sarney", disse Costa.

Os dois parlamentares, como os dez outros que saíram nos últimos dias, fi-

carão sem sigla, aguardando a formação do novo partido que lideranças dos "históricos" articulam para depois de terminada a Constituinte. Por enquanto, o grupo, liderado pelos senadores Fernando Henrique, José Richa, Mário Covas e o deputado Euclides Scalco organizam a forma-

ção de um bloco dissidente, que será lançado com um manifesto, propondo o rompimento do PMDB com o governo. O documento já recebeu a assinatura de 23 senadores dos 44 que integram a bancada do partido, e agora está circulando entre a bancada do PMDB na Câmara.

Ulysses promete punir faltosos

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Mais um dia sem quorum e votação. Com a presença de 192 parlamentares a sessão de ontem da Constituinte durou uma hora e trinta minutos, tempo apenas suficiente para as breves comunicações, conhecidas como "pinga fogo".

Nos microfones, os constituintes revezavam-se nas críticas à falta de punição aos ausentes e na possível prorrogação dos mandatos de prefeitos, que o atraso no término da futura Constituição poderia acarretar.

Ao final da sessão, às 16 horas, o deputado Ulysses Guimarães disse que no início da próxima semana a Mesa anunciará que punições serão aplicadas aos constituintes faltosos.

A responsabilidade pelo adiamento das eleições municipais previstas para novembro deste ano foi atribuída por vários constituintes ao PMDB. Segundo o deputado Genevaldo Correia (PMDB-BA) há parlamentares do próprio partido trabalhando pela prorrogação dos mandatos.

O senador Mário Covas refutou as acusações e disse que "se houvesse um instante em que minha história se encerraria seria quando este partido votasse a prorrogação de mandato". Para o senador, a grande luta do País hoje não se dá entre progressistas e conservadores, entre esquerda e direita mas "entre quem tem caráter e quem não tem caráter; esta é a história desta Constituição". Ele afirmou que "não devemos sequer levantar essa hipótese porque é um assunto tão tabu quanto golpe".

Apesar de paralisados há mais de uma semana, os trabalhos da Constituinte devem voltar ao normal na próxima terça-feira. Além do anúncio das punições aos faltosos — o que deverá elevar o quorum novamente — as lideranças partidárias chegaram a um acordo sobre as emendas que serão apresentadas no capítulo do Poder Executivo, que está sendo votado.

Em reunião realizada ontem, ficou decidido que será mantido o quorum de dois terços para aprova-

ção, pelo Congresso, da moção de censura a ministro de Estado. Para tanto, será retirado o destaque do deputado Eduardo Bonfim, que diminuía esse número para a maioria absoluta dos parlamentares.

Nenhuma liderança se prontificou a defender a emenda do deputado Manoel Moreira, que propõe a

criação de um primeiro-ministro coordenador. Assim, se for apresentada, será defendida individualmente pelo autor. Também ficou acertado que serão eleitos para presidente e vice-presidente da República, os candidatos que, no segundo turno, obtiverem a maioria dos votos válidos. A emenda presidencialista

dispõe que na eleição em primeiro turno excluem-se os votos nulos e brancos, sem fazer referência a segundo turno.

A posse do presidente e do vice somente se dará perante o Congresso Nacional, tendo sido retirado a possibilidade de ela dar-se perante o Supremo Tribunal Federal.

CNI quer defender a livre iniciativa das "surpresas" na Carta

por Carlo Iberê de Freitas de Brasília

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador constituinte Albano Franco, apelou para os presidentes das 23 federações estaduais que estavam em Goiânia para participar da 18ª reunião da diretoria daquela entidade "para que se mantenham mobilizados de forma a poderem agir prontamente a Brasília" a fim de tentar afastar da Carta Constitucional "quaisquer surpresas" que possam contrariar os interesses da livre iniciativa.

Na ocasião, o departamento econômico da CNI demonstrou as perdas que poderá advir ao setor empresarial privado, se o capítulo referente aos direitos sociais, ou seja, aos direitos dos trabalhadores, não for modificado no segundo turno das votações através de emendas supressivas — única forma possível de alteração da Carta Constitucional, na qual a fase das votações.

Os presidentes de cada federação estadual da indústria deverão chegar à Assembleia Nacional Constituinte munidos de um trabalho realizado pelo "Conselho Paranaense de Livre Iniciativa", onde estão listados todos os 559 constituintes, classificados por suas posições: a letra "A" e a letra "C", correspondem aos radicais, isto é, com posição definida, os incluídos na letra "B", são passíveis de votar a favor da supressão do que não interessa aos empresários.

Nesta categoria também estão os constituintes "fechados" com a livre iniciativa, segundo o levantamento feito pelo presidente do Conselho paranaense, Luiz Reinaldo Zanon.

Zanon foi convidado especial da 18ª reunião da diretoria da CNI para explicar seu método, que é simples: Através de um quadro

comparativo onde estão listadas lado a lado as propostas da Comissão de Sistematização, as propostas do "Centrão" e as demais emendas, vem um último quadro, correspondendo ao artigo ou parágrafo em votação, com a sugestão "suprimir" determinadas palavras ou até conceitos.

Como, por exemplo, no artigo 7, parágrafo IV do capítulo II, referente aos direitos sociais, os constituintes afinados com a iniciativa privada devem "suprimir": "nacionalmente unificado", "reajustes periódicos", e o trecho que diz "como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e Previdência Social" para, segundo a recomendação, "evitar contradições conceituais e as reivindicações consequentes".

Este artigo é o que define o salário mínimo dos trabalhadores, que até agora pelas propostas aprovadas deve ser "nacionalmente unificado, capaz de satisfazer as suas necessidades básicas e as de sua família como moradia, alimenta-

ção, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e Previdência Social, com reajustes periódicos de modo a preservar-lhe o poder aquisitivo e vedada sua vinculação para qualquer fim".

Além de conselhos aos dirigentes empresariais reunidos em Goiânia, Zanon explicou que, para o texto constitucional ficar do agrado da livre iniciativa, seriam necessárias 1.118 emendas "corretivas".

O presidente do Conselho Paranaense de Livre Iniciativa contou aos empresários que no Paraná, para chegar à opinião dos 33 constituintes do estado, foram promovidas entrevistas "jornalísticas através dos meios de comunicação localizados nas regiões eleitorais dos parlamentares com mais ou menos uma hora de duração".